



ARQUIVAMENTO

Nº 28.088/2013 - Acidente da navegação envolvendo o veleiro "FREEWIND", de bandeira americana, dois de seus ocupantes e o NM "KM MT JADE", de bandeira liberiana, ocorrido em águas internacionais, em 26 de dezembro de 2012.

Com pedido de Arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão: mandar arquivar os autos como requerido pela PEM, em face da incompetência do Tribunal Marítimo para apreciar o acidente da navegação capitulado no art. 14 alínea "b", da Lei nº 2.180/54, ocorrido fora das águas jurisdicionais brasileiras.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO:

Nº 28.077/2013 - Acidente da navegação envolvendo o BP "YESHUA" com um dique de pedra localizado na praia do rio Doce, Olinda, Pernambuco, ocorrido em 09 de janeiro de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 28.369/2013 - Ato, não caracterizado como acidente ou fato da navegação, envolvendo o NM "LIBERTY STAR", ocorrido no rio Amazonas, Óbidos, Pará, em 06 de maio de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: mandar arquivar os autos, tendo em vista a não configuração de acidente ou fato da navegação previstos na Lei nº 2.180/54. Oficiar à Capitania dos Portos de Santarém, agente da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 13, inciso III (não dispor a bordo de todos os tripulantes exigidos conforme o Cartão de Tripulação de Segurança), cometida pelo proprietário do N/M "LIBERTY STAR", a empresa A.A. dos Santos Pereira Transportes-ME.

Nº 27.524/2012 - Acidente da navegação envolvendo uma moto aquática sem nome e uma moto aquática não identificada, ocorrido no lago Igapó, Londrina, Paraná, em 17 de junho de 2012.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Oficiar à Delegacia Fluvial de Guairá a infração ao RLESTA, art. 11 e art. 16 inciso I e a infração ao art. 15 da Lei nº 8.8374/91, cometida por Alberto Vilas Boas, proprietário e condutor da moto aquática sem nome.

Nº 28.247/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo o NM "CASSIOPEIA STAR", de bandeira maltesa, e um tripulante, ocorridos na costa brasileira, em 14 de fevereiro de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", como arribada forçada e justificada e o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 28.290/2013 - Acidente da navegação envolvendo a barca "ITAIPU" com o cais do terminal da Praça XV, baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 22 de maio de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 28.408/2013 - Acidente da navegação envolvendo a LM "LENE'S", ocorrido nas pedras da ponta do porto de Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 30 de maio de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de natureza fortuita, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 28.420/2013 - Fato da navegação envolvendo a barca "II NUBIA" e um passageiro, ocorrido no rio São Francisco, entre os municípios de Petrolina, Pernambuco, e Juazeiro, Bahia, em 28 de julho de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, decorrente de culpa exclusiva da própria vítima fatal, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 28.483/2013 - Acidente da navegação envolvendo o veleiro "PARRU", ocorrido nas proximidades da ilha de Marambaia, Rio de Janeiro, em 25 de julho de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Dra. Aline Gonzalez Rocha.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h48min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Em 13 de maio de 2014.

Vice-Almirante LUIZ AUGUSTO CORREIA

Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS

Secretário

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 421, DE 9 DE MAIO DE 2014

Convoca a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e

CONSIDERANDO:

O princípio do respeito à diversidade étnica e cultural que decorre do disposto no art. 231 da Constituição;

O Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991, que atribui ao Ministério da Educação - MEC a competência para coordenar as ações referentes à Educação Escolar Indígena;

O Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, a qual determina a consulta aos povos interessados, mediante procedimentos apropriados e de boa-fé, para que haja acordos e consentimentos acerca de medidas propostas que os afetem e para que determinem suas prioridades;

A legislação e as diretrizes da política de educação escolar indígena, como política democrática a ser amplamente debatida em conjunto com os povos indígenas, órgãos gestores da educação nos estados e municípios, instituições indigenistas, instituições de educação superior, instituições de pesquisas relacionadas à temática indígena e todas as outras instituições comprometidas com as garantias plenas dos direitos indígenas; e

As deliberações da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena de 2009, resolve:

Art. 1º Fica convocada a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena - II CONEEI, a realizar-se em março de 2016, sob a coordenação do MEC, que terá como tema "O Sistema Nacional de Educação e a Educação Escolar Indígena: regime de colaboração, participação e autonomia dos Povos Indígenas".

§ 1º A II CONEEI será realizada pelo MEC em conjunto com a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI, com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação - CONSED, com a União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e com as demais instituições governamentais e não governamentais que atuam diretamente na oferta da educação escolar indígena junto aos Povos Indígenas.

PORTARIA Nº 429, DE 15 DE MAIO DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição conferida pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando o disposto no art. 2º da Portaria Interministerial nº 111, publicada no Diário Oficial da União de 3 de abril de 2014, dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam redistribuídos, do Ministério da Educação para as Instituições Federais de Ensino Superior, os cargos e os códigos de vaga a eles referentes, constantes do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO						
Código	Órgão	Código do Cargo	Nome do Cargo	Quant.	Inicial	Final
26231	UFAL	705001	Professor do Magistério Superior	15	0930440	0930454
26237	UFJF	705001	Professor do Magistério Superior	15	0930455	0930469
26240	UFPB	705001	Professor do Magistério Superior	5	0930470	0930474
26260	UNIFAL	705001	Professor do Magistério Superior	20	0913076	0913095
26280	UFSCAR	705001	Professor do Magistério Superior	15	0930475	0930489

§ 2º A II CONEEI será antecedida de Conferências Locais, realizadas nas escolas ou comunidades indígenas, e de Conferências Regionais, com início no primeiro semestre de 2015.

Art. 2º A II CONEEI será presidida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECA-DI.

Art. 3º O Ministro de Estado da Educação instituirá Comissão Organizadora, responsável pela organização, promoção e monitoramento da II CONEEI, bem como pela elaboração do seu Regimento Interno.

Parágrafo Único O Regimento Interno referido no caput deste artigo será aprovado pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE HENRIQUE PAIM FERNANDES

PORTARIA Nº 425, DE 15 DE MAIO DE 2014

Constitui a Comissão Organizadora para a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando a Portaria MEC nº 421, de 9 de maio de 2014, que convoca a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena - II CONEEI, resolve:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Organizadora da II CONEEI que se realizará no mês de março de 2016, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único. Compete à Comissão Organizadora:

I - coordenar, promover e monitorar o desenvolvimento da II CONEEI em todas as suas etapas, atendendo aos aspectos técnicos, políticos e administrativos;

II - definir metodologia e procedimentos a serem empregados nas Conferências Locais, Regionais e na Conferência Nacional, ouvindo a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena - CNEEI e os representantes indígenas;

III - elaborar o regimento interno da II CONEEI;

IV - elaborar o documento base da II CONEEI; e

V - acompanhar a elaboração do documento final da II CONEEI.

Art. 2º A Comissão Organizadora será composta por:

I - Cinco representantes titulares e cinco suplentes da CNEEI;

II - Um representante do Conselho Nacional de Educação - CNEI;

III - Um representante titular e um suplente da Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI;

IV - Dois representantes titulares e dois suplentes do Ministério da Educação, sendo um titular e suplente da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECA-DI e outro titular e suplente da Secretaria Executiva;

V - Um representante titular e um suplente da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME;

VI - Um representante titular e um suplente do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED;

VII - Um representante titular e um suplente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI; e

VIII - Um representante titular e um suplente das organizações indigenistas que compõem a CNEEI.

§ 1º Em dez dias, a contar da publicação desta Portaria, os órgãos e entidades relacionadas nos incisos I a VIII deverão indicar o nome de seus representantes.

§ 2º As indicações serão encaminhadas ao Ministro da Educação que designará os membros da Comissão por meio de Portaria.

§ 3º A Comissão Organizadora será coordenada pelo representante da SECADI.

Art. 3º O Coordenador da Comissão Organizadora resolverá os casos omissos, ouvindo o restante da Comissão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE HENRIQUE PAIM FERNANDES